

Análise Socioambiental do Assentamento Angicos, Tauá, Ceará.

Vlória Pinto Vidal de Oliveira – Docente do Departamento de Geografia da Universidade do Ceará (UFC) – vlordia.ufc@gmail.com

Jefferson Roberto de Oliveira Marinho – Mestrando do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo

O Assentamento Angicos, localizado na cidade de Tauá, região semiárida do Estado do Ceará, padece das agruras impostas pela escassez hídrica. A formulação de políticas que promovam o desenvolvimento da região passa pelo fortalecimento de uma cultura de convivência com o semiárido, o que revela a importância dos conhecimentos acerca dos saberes ambientais engendrados pela população que habita o sertão cearense. Através de métodos participativos, este trabalho apresenta os conhecimentos ambientais - mais especificamente no tocante aos aspectos pedológicos e sua relação com outras variáveis ecológicas, guardados pelos agricultores do Assentamento Angicos. As políticas de combate à pobreza melhoraram a situação social da população sertaneja, mas os bons exemplos de convivência com o semiárido ainda são exceções dentro do grande sertão marcado pela pobreza e ausência de políticas públicas eficientes.

Apresentação

A área objeto do presente estudo está localizada na região dos Inhamuns nos Sertões Cearenses, na porção Sudoeste do Estado do Ceará. A pesquisa de estudo circunscreve geograficamente o Município de Tauá, mais precisamente no Assentamento Angicos, que é contemplado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O referido assentamento localiza-se a sudoeste do Distrito Sede de Tauá, abrangendo uma área de 3.200ha localizada entre as coordenadas 9° 41' 25" S e 36° 98' 00" W.

O PRONAF foi instituído em 1995 pela resolução CMN/BACEN nº 24/0895 em 1996 pelo decreto nº 1.946 de 28/05/96, através desse Programa os agricultores familiares conquistaram uma atenção maior do Governo Federal e ações específicas destinadas em promover a melhoria de suas condições de vida.

O objetivo deste trabalho é, através de metodologia interdisciplinar, levantar dados que reflitam as condições socioambientais do Assentamento Angicos, com o fim de indicar diretrizes para o desenvolvimento de assentamentos rurais no semiárido cearense.

Metodologia

As atividades desenvolvidas foram conduzidas por procedimentos metodológicos que contemplam os trabalhos em campo e laboratório. A condução das etapas, obedecendo a suas especificidades metodológicas, tiveram suas diretrizes fundamentadas no modelo de integração que rege os conhecimentos técnico-científicos. Assim, tal procedimento assume caráter de síntese e interdisciplinaridade, compondo uma fusão de métodos que conduzem investigações que tratam dos componentes físicos e sociais dos sistemas geoambientais. O modelo

metodológico, dessa forma, integra diferentes áreas do conhecimento uma vez que objetiva, também enfatizar as relações entre comunidades rurais e sua convivência com a natureza e seus recursos fundamentais de sustentabilidade do homem do campo.

Foram adotados métodos participativos, onde os agricultores do assentamento Angicos demonstraram os conhecimentos que possuem sobre os solos de suas terras e também sobre a percepção que possuem sobre o ambiente em que vivem. Tal abordagem alinha-se com a busca por um modelo de desenvolvimento que leve em consideração os saberes ambientais acumulados pelos agricultores do assentamento Angicos e a importância de que esses conhecimentos sejam incorporados aos projetos de desenvolvimento da região. A sustentabilidade global requer que os diversos modos de convivência com a natureza postos em práticas por diversas culturas sejam preservados, pois a globalização da cultura do consumo não seria suportada por nossa casa comum (LEFF, 2000).

Discussão

O conhecimento dos solos do Assentamento Angicos pelos agricultores que ali vivem está intimamente ligado à estruturação econômica desta comunidade, havendo assim, uma co-evolução entre os seres humanos e a paisagem, condicionando as formas de organização sócio-espaciais, tema central deste relato. O condicionamento climático da zona semiárida do Nordeste brasileiro impõe às áreas incluídas no bioma Caatinga condições limitadas de exploração dos recursos naturais. As projeções de aumento da temperatura global indicam o agravamento da escassez hídrica nas regiões semiáridas, fato que se reflete na diminuição da biodiversidade das áreas afetadas por esta deficiência.

Os agricultores de Tauá carecem de uma política específica para o favorecimento de suas atividades econômicas (OLIVEIRA, 2006). Neste contexto, a formulação e disseminação de ecotecnologias abrem premissas para um novo patamar na relação homem/natureza (LEFF, 2004). A sustentabilidade da agricultura em regiões semiáridas requer um ajuste entre as técnicas utilizadas e o respeito às características ecológicas do ambiente.

O Assentamento Angicos foi criado, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), a partir da aquisição da Fazenda Angicos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para fins de reforma agrária, de tal modo que o processo de fundação do Assentamento foi consumado no início de 2008. Está dividido em duas agrovilas – Barro Branco e Divisão, onde moravam cerca de 120 famílias, das quais 25 realizaram o movimento de êxodo rural, conforme entrevista realizada na visita de campo em agosto de 2010. Os números apontados acima, citados pelo PDA indicam a existência de 120 famílias, dados gerados em 2002; em entrevistas realizadas na última expedição de campo em 2012, possibilitou a atualizações nestes números, que apontam que 21 famílias habitam a agrovila Divisão, enquanto 40 famílias vivem na Agrovila Barro Branco, perfazendo um total de 61. Levando em consideração a informação do PDA que indica a existência de 120 famílias, conclui-se que metade das famílias que originalmente habitaram o Assentamento Angicos já realizaram o êxodo rural, fenômeno que precisa ser melhor analisado para se aponte suas causas no caso específico deste Assentamento. Tal fato, pode ser também elucidativo acerca das condições socioambientais as quais os assentados estão submetidos, além da ausência de políticas robustas de fortalecimento da agricultura familiar. Outro fenômeno apontado na última visita de campo é a chegada de novos colonos ao assentamento, indicando fenômeno contrário ao

êxodo rural. Tal fato precisa ser regularizado por conta de que a legislação brasileira impede que terras doadas em reforma agrária sejam repassadas da família beneficiária para outra família. A Associação dos Assentados de Angicos, conforme verificado em visita e entrevista é bastante ativa e politicamente organizada.

O tamanho do assentamento é de aproximadamente 3.200 hectares e a produção agrícola consiste principalmente no cultivo de milho, feijão e, em menor proporção de melancia, jerimum, melão e pepino. Parte das terras é de uso coletivo e outra parte, cerca de 3,0ha por família, é cultivada individualmente. A pecuária é baseada na criação de bovinos, caprinos e ovinos.

Conforme Tauá (2002), a atividade econômica praticada atualmente é incompatível com a capacidade de suporte do ecossistema. O manejo inadequado do solo, superpastoreio, monocultura, queimadas e desmatamentos iniciados nos tempos da Fazenda Angicos continuaram após a fundação do Assentamento. De acordo com um dos líderes da Associação existe por parte de alguns assentados a consciência em relação à inadequação do manejo praticado, porém as gerações mais antigas de agricultores acreditam que os métodos tradicionais não prejudicam o meio ambiente. A degradação da área está refletida no nível de vida dos assentados: a renda média familiar é de cerca de 1 salário mínimo e, desde a fundação do Assentamento, 25 famílias engrossaram as estatísticas do êxodo rural. Outro problema apontado é a ausência de assistência técnica para o incremento da atividade agropecuária.

Conforme o Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel realizado em 1997 pelo INCRA apud Tauá (2002), os tipos de solos são: Podzólico Vermelho-Amarelo, Litólico, e Bruno-não Cálcico que, de acordo com a atualização das classes de solos feita pela EMBRAPA (2009) correspondem respectivamente aos Argissolos, Neossolos Litólicos e Luvisolos Crômicos. O mesmo laudo diagnosticou que 50% dos solos encontram-se em relevos ondulados, 15% em fortemente ondulados, 30% em suavemente ondulados e 5% em relevos planos.

Resultados

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento aponta a necessidade de adoção de tecnologias socialmente apropriadas tendo em vista melhorias socioambientais, porém a utilização de tecnologias alternativas se restringe atualmente ao manejo de quintais produtivos (horticultura). Alguns agricultores realizam uma variação do sistema agroflorestal, que se denomina de agrofloresta rala, consistindo na preservação das árvores nobres existentes no roçado, tal como a *Astronium urundeuva* (aroeira), *Spondias tuberosa*, L, (umbuzeiro), *Anadenanthera macrocarpa* (angico), *Cnidoculus phyllacanthus* Pax & K. Hoffm (favela), *Aspidosperma pyrifolium* Mart. (pereiro), *Mimosa Caesalpinialifolia* Benth (sabiá) dentre outras. (TRIGUEIRO et. al,2009).

Ocorreram melhorias na qualidade de vida dos assentados em função dos programas assistências do Governo Federal, porém ainda não existe o adequado acompanhamento e assistência do INCRA no sentido de favorecer políticas eficazes de mitigação dos efeitos da seca e acesso a assistência técnica.

Bibliografia

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de solos**. 2 ed.EMBRAPA Solos,RJ,2009.

LEFF, E. **Saber Ambiental-Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. São Paulo-SP: Vozes, 2001

OLIVEIRA, V.P.V. A problemática da degradação ambiental dos recursos naturais no Domínio dos Sertões Secos do Estado do Ceará-Brasil.IN **Litoral e Sertão – Natureza e Sociedade no Nordeste Brasileiro**. Coleção Estudos Geográficos. Fortaleza, 2006.

DUQUE, J.G. **Solo e Agua no Polígono das Secas**. Fortaleza: BNB, 2004,334p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Angicos**. PMT, 2002.

TRIGUEIRO, E. R. da C; OLIVEIRA, V.P.der e BEZERRA, C.L.F. Indicadores biofísicos e a Dinâmica da Degradação/desertificação no Bioma Caatinga, Município de Tauá-Ceará. **REDE – Revista Eletrônica do Prodema**, Fortaleza.v.3.n1,p-62-82, jun. 2009.Disponível em< <http://www.revistarede.ufc.br/index.php/rede/article/viewFile/20/18>>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.